

**ERGONOMIA E BEM-ESTAR PARA PROFESSORES DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE
ENSINO INFANTIL**

**ERGONOMICS AND WELL-BEING FOR TEACHERS IN MUNICIPAL EARLY
CHILDHOOD EDUCATION SCHOOLS**

**ERGONOMÍA Y BIENESTAR PARA PROFESORES DE ESCUELAS MUNICIPALES DE
EDUCACIÓN INFANTIL**



10.56238/revgeov16n4-064

Vitória Brenda Lustosa Silva

Técnica em Administração Pública

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

E-mail: vicklustosa98@gmail.com

Orcid: 0009-0000-5731-9723

Mariana Augusta de Souza

Doutora em Administração

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

E-mail: masouza2@uem.br

Orcid: 0000-0002-3692-0357

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6652302842301963>

Flávia Regina Miecoanski

Doutora em Administração

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

E-mail: frmiecoanski@uem.br

Orcid: 0000-0002-2947-6593

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4673074003548737>

Weber Henrique Radael

Doutor em Administração

Instituição: Universidade Federal do Paraná

E-mail: whradael@uem.br

Orcid: 0000-0001-6257-1894

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7759888586094808>

Valeria Khristina Fregadolli Ferreira

Doutora em Administração

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

E-mail: valeria.fregadolli@gmail.com

Orcid: 0000-0002-9219-7108

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6983636068305304>



Andressa Carla Palavecini

Doutora em Administração

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

E-mail: andressapalavecini@hotmail.com

Orcid: 0000-0001-6550-7230

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0958491144448595>

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo propor uma intervenção planejada para melhorar as políticas públicas de ergonomia e bem-estar de professores de escolas municipais na educação infantil. A metodologia usada inclui pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas aplicadas de maneira anônima junto a professores, coordenador e diretor, com intuito de identificar fatores ergonômicos e de bem-estar da prática docente e, com isso, avaliar as políticas públicas envolvidas. Os resultados obtidos mostram as lacunas nas políticas públicas existentes e a sugestão de implementação de intervenções municipais para a promoção da saúde ocupacional dos professores com foco na prevenção, ergonomia e saúde psicoemocional. A pesquisa busca contribuir com ações eficazes e sustentáveis para a gestão educacional em âmbito municipal

Palavras-chave: Docência. Gestão Pública. Ergonomia. Bem-estar. Município. Educação.

ABSTRACT

This study aims to propose a planned intervention to improve public policies on ergonomics and well-being for teachers in municipal early childhood education schools. The methodology used includes documentary research and semi-structured interviews conducted anonymously with teachers, the coordinator, and the principal, with the purpose of identifying ergonomic and well-being factors in teaching practice and, consequently, assessing the public policies involved. The results obtained highlight gaps in existing public policies and suggest the implementation of municipal interventions to promote teachers' occupational health, focusing on prevention, ergonomics, and psycho-emotional health. The research seeks to contribute with effective and sustainable actions for educational management at the municipal level.

Keywords: Teaching. Public Management. Ergonomics. Well-being. Municipality. Education.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo proponer una intervención planificada para mejorar las políticas públicas de ergonomía y bienestar de los docentes de escuelas municipales de educación infantil. La metodología utilizada incluye investigación documental y entrevistas semiestruturadas realizadas de manera anónima con profesores, coordinador y director, con el propósito de identificar factores ergonómicos y de bienestar en la práctica docente y, con ello, evaluar las políticas públicas involucradas. Los resultados obtenidos evidencian las lagunas en las políticas públicas existentes y sugieren la implementación de intervenciones municipales para promover la salud ocupacional de los docentes con énfasis en la prevención, la ergonomía y la salud psicoemocional. La investigación busca contribuir con acciones eficaces y sostenibles para la gestión educativa en el ámbito municipal.

Palabras clave: Docencia. Gestión Pública. Ergonomía. Bienestar. Municipio. Educación.



1 INTRODUÇÃO

O trabalho dos docentes do ensino infantil possui diversas demandas físicas e psicológicas que adoecem os profissionais (Barbosa et al., 2023). Os professores possuem um ritmo de trabalho intenso que, por vezes, é caracterizado por atividades repetitivas que geram desgastes físicos e emocionais (Assunção e Oliveira, 2009). O espanhol Esteve propõe o conceito de “mal-estar docente”, fenômeno que reflete a insatisfação crônica dos professores, causada por desvalorização, exigências crescentes, indisciplina e violência nas escolas. O mal-estar inclui sentimentos de angústia, alienação, desmotivação e até desumanização (Esteve, 1999, apud Souza e Leite, 2011). A principal causa de afastamento entre os professores é por problemas respiratórios, seguido por problemas musculoesqueléticos e psicológicos (Assunção e Oliveira, 2009).

Apesar de a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) garantirem aos docentes condições dignas de trabalho – incluindo a criação de políticas públicas voltadas à melhoria dessas condições –, ainda há uma grande lacuna nesse contexto. Destacam-se, especialmente, as políticas relacionadas à saúde e segurança no ambiente escolar, que muitas vezes são negligenciadas. Dessa forma, os principais desafios enfrentados pelos profissionais da educação continuam sendo a sobrecarga de trabalho, o adoecimento físico e mental, e a ausência de ações efetivas voltadas à promoção da ergonomia no espaço escolar (Assunção e Oliveira, 2009).

O mal estar docente tem se tornado cada vez mais frequente, e é caracterizado por exaustão emocional, sentimento de impotência e desmotivação (Esteve, 1999 apud Souza e Leite, 2011). Esses aspectos aumentam a necessidade de políticas públicas mais significativas às condições de trabalho vivenciadas por professores da educação básica. Como exposto no estudo de Assunção e Oliveira (2009), o acompanhamento psicológico, a formação continuada com base em ergonomia, as pausas programadas e o uso de mobiliário adequado, são estratégias que podem contribuir para a valorização da carreira docente e para a melhoria da qualidade do ensino. Este contexto demanda uma análise detalhada sobre as condições de trabalho dos professores da educação infantil, que evidencie a necessidade de políticas públicas que promovam saúde e bem-estar no trabalho.

Diante do exposto, o presente trabalho justifica-se pelo crescente número de afastamentos por doenças musculoesqueléticas (DME) consequentes à sobrecarga de trabalho e a ambientes escolares estressantes (Barbosa et al., 2023); à situação de vulnerabilidade dos professores aos distúrbios vocais (Assunção e Oliveira, 2009). Além disso, os professores enfrentam níveis de estresse elevados devido à pressão para obter resultados, impactando diretamente na saúde mental (Silva, 2023). Cabe ressaltar que os docentes vivenciam posturas inadequadas, longas jornadas e repetitividade de tarefas; fatores estes que, em conjunto, comprometem o bem-estar físico e mental (Caldas et al., 2021).

Diante das informações apresentadas, percebe-se a urgência na fiscalização e melhoria de políticas públicas já existentes, e a implementação de novas políticas que ofereçam suporte efetivo



para a melhora da saúde e segurança do trabalho dos profissionais docentes. Assim, o objetivo geral deste trabalho é **propor uma intervenção planejada para melhorar as políticas públicas de ergonomia e bem-estar para professores de escolas municipais na educação infantil**. Para tanto, busca-se: i) Investigar políticas públicas existentes voltadas à ergonomia e bem-estar na educação; ii) Descrever as condições de trabalho e saúde de professores de séries iniciais iii) Identificar boas e más práticas de ergonomia em escolas públicas municipais de ensino infantil na cidade de Maringá; iv) Compreender os impactos de tais práticas para a ergonomia e bem-estar destes professores; v) Propor uma intervenção planejada para melhorar as políticas públicas de ergonomia e bem-estar para professores de escolas municipais na educação infantil.

Quanto à metodologia, o presente estudo é de natureza qualitativa e de caráter exploratório e descritivo. Para o alcance dos objetivos propostos, primeiramente realizou-se uma análise de dados secundários – por meio de artigos, trabalhos acadêmicos, leis, relatórios, índices, entre outros, relacionados à saúde ocupacional de professores – a fim de conhecer as políticas públicas existentes que abordam o tema da ergonomia e bem-estar, especialmente no contexto da educação. Em seguida, fez-se a coleta de dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas com dois grupos de participantes: professores e coordenadores de escolas municipais de educação infantil da cidade de Maringá.

A escolha desses grupos busca contemplar tanto os profissionais diretamente expostos a possíveis riscos ergonômicos e de saúde (professores), quanto os gestores institucionais responsáveis pelo ambiente escolar (coordenadores e/ou diretores), cuja atuação está relacionada à prevenção e à gestão desses riscos no contexto educacional. A partir destas informações foi possível identificar boas e más práticas de ergonomia vivenciadas pelos professores, coordenadores e/ou diretores; as consequências destas ações para a saúde e bem-estar dos professores; e propor soluções para as problemáticas identificadas. Diante do exposto, este estudo visa contribuir para o avanço do debate sobre a importância da ergonomia e do bem-estar no contexto educacional, propondo alternativas que possam ser adotadas em políticas públicas para melhorar as condições de trabalho dos professores e, por conseguinte, a qualidade da educação oferecida aos alunos.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

As organizações estudadas neste trabalho são compostas por escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) que integram a rede pública de ensino infantil e fundamental das séries iniciais do município de Maringá – PR. A escolha dessas instituições se justifica pela representatividade da rede pública de ensino no município e pela disponibilidade de dados públicos que permitem uma análise das condições laborais dos docentes que mostram a necessidade de políticas públicas de trabalho docente (Biasi, 2009).



De acordo com o Censo Escolar de 2023, divulgado pelo portal QEdu, Maringá conta com uma ampla rede de escolas municipais que atendem desde a educação infantil até os anos iniciais do ensino fundamental. São mais de 6 mil crianças matriculadas em creches, mais de 7 mil na pré-escola e quase 17 mil nos primeiros anos do ensino fundamental, o que demonstra a grande abrangência da educação básica no município (QEdu, 2024). Esses números refletem o compromisso da administração pública local com a garantia do direito à educação, promovendo o acesso desde os primeiros anos de vida. A expansão contínua dessas vagas também indica uma crescente demanda por infraestrutura, profissionais capacitados e políticas públicas que assegurem a qualidade do ensino.

Essas instituições fazem parte da estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação e seguem diretrizes estabelecidas tanto pelos órgãos municipais quanto estaduais, observando a legislação educacional vigente, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) (Brasil, 1996), além de normas pedagógicas do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Paraná, 2024). Isso garante um alinhamento entre os níveis de governo e assegura que as práticas pedagógicas adotadas estejam de acordo com os princípios da equidade e da qualidade no ensino. Além disso, a gestão dessas unidades escolares deve considerar aspectos administrativos, pedagógicos e humanos, de forma a atender às necessidades específicas de cada comunidade escolar.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. Como técnica de coleta de dados a pesquisa utilizou a pesquisa documental, obtendo informações oriundas de artigos, trabalhos acadêmicos, leis, relatórios, índices, entre outros, a fim investigar as políticas públicas existentes voltadas à ergonomia e ao bem-estar no contexto educacional, bem como mapear o conhecimento já produzido sobre as condições de trabalho e saúde de professores que atuam na educação infantil.

A pesquisa documental é caracterizada pelo uso sistemático e criterioso de documentos como fontes de informação para a investigação científica. Segundo Gil (2008) ela se diferencia da pesquisa bibliográfica principalmente pela natureza das fontes utilizadas, que pode incluir registros estatísticos, documentos institucionais, pessoais e de comunicação de massa.

Para a coleta de dados primários a pesquisa contou com a realização de entrevistas semiestruturadas com professores e coordenadores e/ou diretores, para identificar boas e más práticas de ergonomia em escolas públicas municipais de ensino infantil na cidade de Maringá, e suas consequências à ergonomia e bem-estar dos professores. A entrevista semiestruturada, segundo Triviños (1987), é uma técnica de pesquisa qualitativa caracterizada por um roteiro flexível de questões que orienta, mas não engessa a interação com o entrevistado.



Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada é um tipo de entrevista onde o pesquisador possui um roteiro com perguntas pré-estruturadas, mas com flexibilidade para adaptar as questões conforme as respostas do entrevistado. Essa abordagem foi pertinente ao trabalho, pois permite obter informações mais detalhadas e aprofundadas sobre as condições de trabalho e o bem-estar dos professores da educação infantil.

Como técnica de análise utilizou-se a Análise de Conteúdo, que é uma técnica útil para entender e interpretar dados, buscando organizar e identificar padrões nas informações coletadas. Segundo Bardin (2010), essa metodologia permite que o pesquisador vá além do que está explícito, explorando os significados e as relações presentes nas comunicações analisadas.

A análise dos segue as etapas da Análise de Conteúdo descritas por Bardin (2010). Na primeira etapa de pré-análise, realizou-se a leitura dos documentos a fim de investigar as políticas públicas existentes voltadas à ergonomia e bem-estar na educação. Esta etapa permitiu investigar políticas públicas existentes voltadas à ergonomia e bem-estar na educação, bem como descrever as condições de trabalho e saúde de professores em séries iniciais no Brasil. Tal etapa foi fundamental, pois forneceu o conhecimento necessário à construção do roteiro de entrevista aplicado a professores e coordenadores/diretores.

Em seguida, teve-se a exploração do material, no caso, do conteúdo das entrevistas, que permitiu identificar boas e más práticas de ergonomia e bem-estar em escolas públicas municipais de ensino infantil na cidade de Maringá. Por fim, na etapa de interpretação, houve uma sobreposição das informações obtidas com a pesquisa documental e as exploradas nas entrevistas, permitindo associar as boas e más práticas de ergonomia e bem-estar dos professores e coordenadores/diretores entrevistados com as políticas públicas existentes pertinentes ao tema. A partir desta análise pôde-se sugerir ações práticas para melhorar as políticas públicas voltadas à ergonomia e ao bem-estar docente no ambiente de trabalho.

As entrevistas foram feitas com três professores, uma coordenadora e uma diretora. A tabela a seguir expõe o processo realizado para o alcance dos objetivos geral e específicos do presente trabalho. Com a realização das etapas descritas, foi possível identificar os beneficiários da proposta de intervenção delineada, bem como detalhar os processos de monitoramento e avaliação necessários para assegurar a continuidade e efetividade da proposta e de seus resultados.



Tabela 1 – Síntese da Metodologia

Objetivo Específico	Metodologia	Descrição	Etapas da Análise de Conteúdo	Apresentação
Investigar políticas públicas existentes voltadas à ergonomia e bem-estar na educação	Análise de Dados Secundários	Pesquisa documental com dados obtidos em artigos, trabalhos acadêmicos, leis, relatórios, índices, entre outros, a fim de investigar as políticas públicas existentes voltadas à ergonomia e ao bem-estar no contexto educacional, bem como mapear o conhecimento já produzido sobre as condições de trabalho e saúde de professores que atuam na educação infantil e anos iniciais da educação básica.	Pré-análise	Diagnóstico Situacional
Descrever as condições de trabalho e saúde de professores de séries iniciais	Análise de Dados Secundários		Pré-análise	Diagnóstico Situacional
Identificar boas e más práticas de ergonomia em escolas públicas municipais de ensino infantil na cidade de Maringá	Análise de Dados Primários	Por meio de entrevistas semiestruturadas com professores e coordenadores, esta etapa visou identificar boas e más práticas de ergonomia realizadas nas escolas dos entrevistados, e entender suas consequências à saúde e bem-estar dos profissionais.	Exploração do Material	Diagnóstico Situacional
Compreender os impactos de tais práticas para a saúde e bem-estar destes professores.	Análise de Dados Primários e Secundários	Fez-se uma sobreposição das informações obtidas com a pesquisa documental e as exploradas nas entrevistas, permitindo associar as boas e más práticas de ergonomia e bem-estar dos professores e coordenadores entrevistados com as políticas públicas existentes pertinentes ao tema.	Interpretação	Diagnóstico Situacional
Propor uma intervenção planejada para melhorar as políticas públicas de ergonomia e bem-estar para professores de escolas municipais de ensino infantil.	Análise de Dados Primários e Secundários	A partir da sobreposição de dados secundários e primários, propõe-se uma intervenção planejada que implique em melhorias às políticas públicas de ergonomia e bem-estar na educação no contexto de escolas municipais de ensino infantil.		Intervenção Planejada

Fonte: Elaborado pela autora

4 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

Nesta seção serão apresentadas as informações obtidas via dados secundários e primários, respectivamente, que fundamentam a proposta de intervenção apresentada posteriormente.



4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EXISTENTES VOLTADAS À ERGONOMIA E BEM-ESTAR NA EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 tem como objetivo estabelecer princípios e normas fundamentais que organizam o Estado Brasileiro, definindo os direitos e deveres dos cidadãos. Dito isso, destacam-se dois artigos que ajudam a compreender melhor os direitos dos professores em relação ao trabalho:

O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 diz:

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988, §6).

Ao analisar o artigo percebe-se que a Constituição Federal traz direito à saúde como direito básico e fundamental, o que significa que o Estado deve promover condições de saúde e bem-estar a todos os trabalhadores, incluindo os docentes.

Ademais, no artigo 7º inciso XXII da Constituição Federal de 1988 tem-se:

“São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança” (Brasil, 1988, § 7).

Pode-se afirmar que o inciso assegura a todos os trabalhadores, incluindo professores, o direito à proteção contra riscos ocupacionais. Isso respalda legalmente o desenvolvimento e aplicação de normas e políticas públicas que promovam o bem-estar docente. Também se destaca a Lei nº 12.645, de 16 de maio de 2012, que tem como objetivo instituir um dia dedicado à segurança e à saúde nas escolas considerando o dia 10 de outubro como o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas. A lei tem como objetivo promover informação e instituir a cultura de SST nas escolas. (Brasil, 2012)

Ainda, tem-se as Normas Regulamentadoras (NRs), que são um conjunto de diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego que possui o objetivo de assegurar a saúde, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores em seus ambientes laborais, incluindo os profissionais da educação. No contexto do trabalho docente, essas normas contribuem para a promoção de condições adequadas de trabalho, prevenindo doenças ocupacionais e melhorando a qualidade de vida dos professores. As principais normas nesses contextos são essas:

A Norma Regulamentadora nº 1, atualizada em 2022, reconhece os riscos psicossociais como fatores que afetam a saúde do trabalhador, apontando para a importância do gerenciamento desses riscos como forma de prevenção (Brasil, 2022). A Norma Regulamentadora nº 5, sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), prevê que os locais de trabalho devem contar com representantes para identificar e propor soluções a riscos ocupacionais, incluindo os contextos



escolares (Brasil, 1994). A Norma Regulamentadora nº 17 de 1990, estabelece diretrizes e requisitos que visam adaptar as condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, promovendo conforto, segurança, saúde e eficiência no desempenho das atividades laborais, incluindo professores (Brasil, 1990).

No contexto nacional, diversas políticas públicas voltadas à valorização e saúde dos professores foram implementadas nas últimas décadas. O Programa Saúde na Escola (PSE), por exemplo, criado em 2007 por meio do Decreto nº 6.286/2007, tendo como objetivo promover ações de saúde voltadas aos alunos do ensino infantil ao ensino médio e a toda comunidade escolar, o que pode beneficiar indiretamente os professores. Mesmo com o foco principal sendo o aluno, o PSE inclui ações que envolvem toda a comunidade, como: promoção de ambientes escolares saudáveis; ações de prevenção e cuidado em saúde mental; promoção da saúde bucal, nutricional e visual; e formação dos profissionais da educação em temas de saúde (Brasil, 2007).

A Política Nacional de Saúde no Trabalho (PNSST) também é uma política importante para o tema bem-estar do trabalhador. Instituída pelo Ministério da Saúde através da Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012, tem como objetivo garantir o cuidado integral à saúde do trabalhador, prevenindo doenças ocupacionais e promovendo melhores condições de segurança e saúde no ambiente laboral (Brasil, 2012). Embora a PNSST seja uma política voltada para todos os trabalhadores, sua aplicação nos ambientes escolares também beneficia diretamente os professores, ao proporcionar medidas de prevenção de doenças relacionadas ao trabalho e ao promover condições adequadas de saúde e segurança nas escolas.

Outra política importante é a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Decreto nº 8.752/2016), que prevê diretrizes para formação inicial e continuada, incluindo conteúdos relacionados à saúde do trabalhador e condições de trabalho (Brasil, 2016). Embora essa política não trate exclusivamente de ergonomia ou bem-estar, ela estabelece bases para a valorização da carreira docente e para a reflexão sobre o ambiente laboral, o que contribui para a saúde psicossocial dos docentes.

Ainda em âmbito nacional, outro marco importante é a Lei nº 14.681, de 18 de setembro de 2023, que institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação no Brasil (Brasil, 2023). Essa legislação visa promover a saúde integral e o bem-estar dos profissionais da educação, reconhecendo a importância de condições de trabalho adequadas para o desempenho eficaz de suas funções.

Em âmbito estadual, o Plano Estadual de Educação do Paraná (2015–2025) apresenta diretrizes específicas sobre a valorização do magistério, estabelecendo como metas a melhoria das condições de trabalho, a promoção da saúde e o bem-estar dos profissionais da educação, com foco na rede estadual, mas servindo como referência para os municípios (Paraná, 2015).



Ainda no âmbito estadual, tem-se uma política pública do Estado de São Paulo, que aborda o “Programa Cuidar de Quem Educa”, instituído pela Lei nº 18.026, de 9 de setembro de 2024 (São Paulo, 2024). A proposta, originada no Projeto de Lei nº 374/2024, visa promover a qualidade de vida, o bem-estar e a saúde integral dos profissionais da educação no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. O programa estabelece diretrizes para criar ambientes físicos, emocionais e sociais saudáveis nas unidades escolares e administrativas, promovendo o bem-estar de alunos, professores e funcionários. Entre as ações previstas estão a implementação de programas específicos para promover a saúde mental e emocional.

No município de Maringá, políticas públicas específicas voltadas à saúde dos professores ainda são escassas e pontuais. Observa-se a atuação da Secretaria Municipal de Educação em campanhas de conscientização e em alguns programas de capacitação, mas não há uma política pública estruturada que integre saúde ocupacional, ergonomia e bem-estar docente. O Plano Municipal de Educação de Maringá (2015–2025), embora mencione a valorização do profissional da educação como diretriz (Maringá, 2015), carece de metas claras relacionadas à saúde física e mental dos professores.

Ainda que apontado acima alguns exemplos de políticas públicas nacionais e estaduais em relação a saúde física e mental dos docentes, percebe-se a falta de políticas municipais específicas. Isso reforça a necessidade de se propor uma política pública municipal ou adaptar políticas já existentes que considerem os aspectos ergonômicos, psicossociais e estruturais do ambiente de trabalho docente.

4.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DE PROFESSORES DE ENSINO INFANTIL

As condições de trabalho dos docentes nas escolas públicas, embora variem conforme a localidade e a infraestrutura da unidade escolar, apresentam desafios recorrentes, como a sobrecarga de trabalho, a ausência de apoio psicossocial, o uso de mobiliário inadequado e estruturas físicas que nem sempre garantem conforto e ergonomia ao trabalhador da educação (Barbosa et al., 2023). Essas dificuldades se agravam quando se considera que o exercício da docência exige esforço físico, vocal, emocional e mental contínuo, e muitas vezes não são proporcionadas as condições adequadas para que esses profissionais realizem suas atividades com saúde e segurança, como já evidenciado por estudos (Caldas et al., 2021).

De acordo com o estudo de Barbosa et al. (2023), realizado com professores da educação básica em todo o Brasil, aproximadamente 14,7% dos docentes relataram afastamento devido a distúrbios musculoesqueléticos. Este índice foi mais elevado entre as mulheres, com 16,5% de afastamentos, e mais baixo entre os homens, com 11,7%. Os fatores que mais contribuíram para o adoecimento dos professores incluíram a sobrecarga de trabalho, a violência verbal por parte dos alunos, o ruído excessivo nas escolas, a indisciplina e a exigência de tarefas repetitivas. Para as mulheres, fatores como violência física e excesso de tarefas domésticas também agravam os sintomas. Essa situação indica



que os professores enfrentam desafios significativos tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele, o que pode piorar seu estado de saúde.

Professores relatam sobre a sobrecarga e invasão da vida pessoal, relatando a necessidade de fazer correções de provas e atividades em qualquer ambiente disponível fora do horário de trabalho. (Noronha, 2001, apud Assunção e Oliveira, 2009). Ainda, é importante destacar que a cobrança do sucesso escolar cai sobre o professor, como se os professores pudessem resolver e minimizar problemas sociais (Assunção e Oliveira, 2009). Os autores apontam também a falta de apoio da gestão, conflitos com alunos e colegas, excesso de trabalho e baixa remuneração como fontes de estresse.

Esses estudos e análises evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas municipais que promovam ambientes escolares mais saudáveis e ergonômicos. A implementação de medidas, como capacitação de mais professores, a adequação do mobiliário escolar, a realização de pausas planejadas e o acompanhamento sistemático da saúde dos educadores são essenciais para reduzir os riscos de doenças e melhorar a qualidade de vida desses profissionais. Além disso, a criação de espaços de trabalho mais acolhedores e adequados às necessidades dos professores pode contribuir para a redução do absenteísmo e aumentar a produtividade e bem-estar dos docentes.

4.3 BOAS E MÁIS PRÁTICAS DE ERGONOMIA E BEM ESTAR EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL NA CIDADE DE MARINGÁ

A análise das respostas obtidas por meio das entrevistas com professores da rede pública municipal de Maringá mostra um cenário incerto no que se refere às práticas ergonômicas nas escolas de ensino infantil. Os dados coletados apontam tanto para aspectos positivos quanto para pontos importantes que comprometem a saúde ocupacional dos docentes.

Pode-se destacar, como ponto positivo, a percepção geral de que as condições físicas das estruturas escolares são aceitáveis, com ventilação adequada e mobiliário apropriado para o desempenho das funções docentes. Um dos entrevistados destacou a preocupação da escola com a ergonomia ao adotar soluções pontuais, como a disponibilização de escadas para facilitar o acesso das crianças durante a troca de fraldas, evitando que os professores precisem levá-las no colo, fator que diminui a sobrecarga física do docente.

No entanto, percebe-se a falta de uma política institucional clara voltada à ergonomia. Três, dos cinco entrevistados, afirmaram nunca ter recebido qualquer tipo de orientação sobre ergonomia, e o mesmo número relatou desconhecer se a escola em que atuam segue normas regulamentadoras, como a NR-17. Isso mostra uma falta de comunicação por parte da gestão escolar no que diz respeito às práticas preventivas, ou até desconhecimento destas por parte das instituições.

Ainda, destaca-se nas entrevistas a presença de ruído elevado nos ambientes escolares, devido ao grande número de crianças. Isso foi apontado como um fator estressante, mas também inevitável.



Por fim, os professores relataram sobrecarga de trabalho devido à falta de funcionários e à irresponsabilidade de algumas famílias. Destacaram também a carência de materiais pedagógicos e as frequentes dificuldades no relacionamento com os responsáveis pelos alunos. Esses fatores contribuem para o desgaste físico e emocional dos profissionais, que, muitas vezes, precisam "educar" as crianças; permanecer na escola até mais tarde aguardando que os pais venham buscá-las; assumir sozinho — ou em duplas — tarefas que exigem uma equipe maior e; ainda, encontrar formas de aplicar atividades, mesmo sem todos os recursos necessários. Um dos relatos destacou afastamento por crise de ansiedade, reforçando a conexão entre as más condições de trabalho e os impactos na saúde mental e física dos docentes.

Embora observem-se esforços pontuais, ainda é necessário um avanço significativo quanto às práticas de ergonomia e bem-estar que contemplem, desde a infraestrutura até a formação continuada dos profissionais da educação. A valorização da profissão, seja por meio do reconhecimento pelo trabalho, da valorização financeira ou da contratação de mais profissionais — conforme sugerido pelos próprios entrevistados — é também uma medida urgente para minimizar os impactos da sobrecarga de trabalho e prevenir o adoecimento dos docentes. Além disso, políticas estruturadas devem priorizar ambientes escolares mais adequados, com mobiliário e recursos compatíveis com as necessidades dos educadores. Tais ações são essenciais para assegurar condições de trabalho mais dignas e sustentáveis a longo prazo.

Assim, percebe-se que a ausência de informações em relação à ergonomia no ambiente escolar não afeta somente a saúde física dos docentes, mas também compromete seu bem-estar mental e emocional, afinal, estão expostos constantemente à sobrecarga em suas atividades. A falta de orientações claras sobre posturas adequadas, pausas recomendadas e formas de lidar com o esforço repetitivo contribui para o aumento de queixas relacionadas a dores, estresse e esgotamento. Além disso, o desconhecimento sobre ergonomia dificulta a criação de estratégias preventivas e o reconhecimento precoce de sinais de adoecimento. Isso reforça a necessidade de investir em formação continuada com foco na saúde ocupacional, promovendo uma cultura de cuidado e prevenção no ambiente escolar. Ao fazer isso, cria-se um espaço mais saudável não apenas para os professores, mas para toda a comunidade escolar.

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PLANEJADA

Nesta seção aprofundam-se as informações obtidas com os dados primários e de maneira sobreposta aos dados secundários. Tal análise fundamenta a etapa seguinte, de delineamento da intervenção planejada sobre a problemática discutida.



5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Foram entrevistados três professores, uma diretora e uma coordenadora. Os principais desafios descritos pelos profissionais são: a sobrecarga de trabalho pela falta de contratação de profissionais; falta de materiais para a realização de trabalhos escolares; a quantidade de alunos por sala; a falta de valorização da profissão por parte da sociedade; e as dificuldades da relação com as famílias das crianças. Percebe-se que esta última questão é evidenciada nas falas devido à carga psicoemocional que o problema implica.

Com base nas entrevistas pode-se visualizar que, além de políticas públicas voltadas à ergonomia e bem-estar, especialmente no âmbito da saúde mental, é importante a família do aluno se mostrar presente e ter responsabilidade na educação de seus filhos. Muitos responsáveis acreditam que a educação e os cuidados básicos das crianças, são de responsabilidade exclusiva da escola e dos professores, o que acaba sobrecarregando esses profissionais de maneira física e emocional, levando-os, muitas vezes, a se sentirem responsáveis por tarefas que vão além da docência.

Segundo os profissionais entrevistados, é necessário implementar políticas que estimulem maior responsabilização das famílias em relação aos cuidados com as crianças, a fim de reduzir a sobrecarga física e psicoemocional enfrentada pelos docentes. No entanto, embora seja possível criar medidas públicas nesse sentido, não há como garantir que pais ou tutores de fato exerçam esse cuidado com ética e comprometimento. Diante disso, cabe à gestão pública acompanhar a saúde dos professores e oferecer os recursos adequados para a preservação de seu bem-estar físico e emocional.

Ademais, embora existam diversas Normas Regulamentadoras (NRs) voltadas à ergonomia e bem-estar dos profissionais, os entrevistados demonstraram desconhecimento sobre a aplicação dessas normas no ambiente em que trabalham. Dos cinco entrevistados, apenas um afirmou ter recebido informação sobre as NRs ou qualquer orientação sobre como implementá-las na rotina escolar. Este cenário revela a necessidade urgente de ações que tornem essas leis mais acessíveis e práticas para os profissionais da educação, garantindo que seus direitos à saúde e segurança no trabalho sejam, de fato, cumpridos.

5.2 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A proposta de intervenção tem como objetivo melhorar as políticas públicas de ergonomia e bem-estar para professores de escolas municipais na educação infantil. O intuito é criar um ambiente de trabalho mais saudável, prevenindo o adoecimento físico e emocional dos docentes. Destaca-se a importância de promover a cultura de saúde e segurança do trabalho nas escolas desde a educação infantil para que as políticas públicas, intervenções e leis sejam acolhidas e praticadas.

A seguinte proposta é baseada na Política Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador (Portaria nº 1.823/2012), que prevê a promoção de ambientes de trabalho saudáveis por meio de ações



intersectoriais, educativas e preventivas (Brasil, 2021). Além disso, dialoga com os princípios do Programa Saúde na Escola (PSE), que reconhece a escola como espaço para a promoção da saúde e o fortalecimento do vínculo entre saúde e educação (Brasil, 2007).

5.2.1 Disponibilização de apoio psicológico a professores de ensino infantil

Sugere-se a criação de um programa municipal de apoio psicológico a professores da rede municipal que trabalhem no ensino infantil, especialmente em séries iniciais, considerando as queixas e relatos apresentados nas entrevistas. Ainda que sejam alguns entrevistados, suas falas representam problemas e desafios na educação Brasileira que a própria literatura aponta como prejudiciais ao bem-estar dos docentes, o que afeta seus respectivos desempenhos. Deseja-se a presença de psicólogos escolares exclusivos para atendimento aos professores, de maneira regular, dentro das próprias unidades educacionais para facilitar o acesso e adesão destes.

Essa iniciativa visa oferecer suporte psicológico contínuo, acolhimento e estratégias de enfrentamento para o estresse e desafios emocionais, os quais fazem parte da rotina educacional. Recomenda-se o estabelecimento de parcerias com instituições que ofereçam o curso de psicologia para executar nas escolas projetos extensionistas e estágios obrigatórios. Os gestores e diretores das escolas serão responsáveis por viabilizar a implementação do projeto em suas unidades, colaborando com a prefeitura na alocação dos estudantes de psicologia em suas respectivas escolas, bem como pelo encaminhamento de seus professores a tais sujeitos.

É uma possibilidade de ação política relevante para o bem-estar dos docentes e que, embora já tenha casos semelhantes no país, não se encontra nada parecido na cidade de Maringá. Um exemplo semelhante e de sucesso, que inspira esta ação da intervenção é o programa “Vamos conversar?”, realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Canoas, em parceria com uma universidade da região (Canoas, 2025). Ele prevê a realização de encontros em grupos, com um destinado a diretores, vice-diretores, orientadores e supervisores; e outros quatro grupos compostos de professores e profissionais de apoio; todos a fim de prover acolhimento e acompanhamento psicológico a tais membros da educação municipal.

A diferença é que, no projeto proposto aqui neste trabalho, pretende-se realizar um suporte psicológico mais individualizado, de forma quinzenal, e por tempo indeterminado nas unidades educacionais. Isso é possível no município em análise, pois ele possui uma grande quantidade de universidades e muitas com oferta do curso de psicologia (sete no total). Assim, há uma “mão-de-obra” grande o suficiente para realizar esta ação de melhoria.



5.2.2 Adaptação e fiscalização sistemática da aplicação do Programa Saúde na Escola (PSE)

O Programa Saúde na Escola (PSE), criado pelo Decreto nº 6.286/2007, por meio de um órgão municipal ou parceria com representantes do Ministério da Educação, requer reforços para sua manutenção, como já é elucidado em seu texto.

A proposta interventiva prioritária consiste na adaptação do Programa Saúde na Escola que, embora tenha como objetivo principal atender os alunos, também contempla os cuidados com toda a comunidade escolar. Tal adaptação se faz necessária para ampliar e especificar as ações voltadas aos professores, especialmente no que diz respeito à promoção do bem-estar e à prevenção de doenças relacionadas à ergonomia.

A ausência de diretrizes específicas e aplicáveis para essa categoria reforça a importância dessa atualização. Com isso, será possível garantir que as medidas previstas atendam, de forma prática e efetiva, à saúde dos docentes, contribuindo para o bem-estar de toda a comunidade escolar. Dessa forma, a adaptação do PSE, aliada à fiscalização sistemática como proposta interventiva, garantirá que as diretrizes de promoção da saúde dos profissionais da educação sejam efetivamente asseguradas nas instituições escolares.

Como estratégia para realização da fiscalização, sugere-se a parceria entre prefeitura e universidades e/ou cursos técnicos na área da Saúde e Segurança do Trabalho. Deseja-se que, por meio de projetos de extensão e estágios, tais estudantes possam realizar o trabalho de fiscalização das escolas municipais quanto ao seu atendimento às normas de saúde e ergonomia no ambiente laboral. Assim, haverá um desenvolvimento desses estudantes no âmbito prático de seu conhecimento, bem como um acompanhamento mais próximo das escolas sobre o cumprimento das normas do PSE.

Esta proposta vai ao encontro da diretriz VII do PSE, que recomenda o controle social como forma de implementação e acompanhamento do programa. Segundo o texto, tal integração busca articular saberes, a participação dos educandos, pais, comunidade escolar e sociedade em geral, na construção das políticas públicas da Saúde e Educação (Brasil, 2007).

5.2.3 Encontros temáticos de cuidado com a saúde física e mental de professores municipais de educação infantil

O objetivo desta iniciativa é promover ações educativas e informativas para os professores com foco nas Normas Regulamentadoras que lhes afetam no âmbito da ergonomia e bem-estar no trabalho. Haverá esclarecimentos sobre postura; mobiliário adequado; prevenção de doenças vocais e ocupacionais; organização do ambiente laboral; e saúde mental. Também reforçará a cultura de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) dentro do ambiente educacional. Estas ações deverão ocorrer trimestralmente, dentro da escola, após o horário das aulas, e de forma opcional para os docentes. Inicialmente os encontros terão planejamento para um ano. Após sua operacionalização deverá ser



feito um levantamento sobre os impactos positivos e negativos da iniciativa e, assim, conseguir aprimorar o delineamento dos novos temas-alvo da intervenção.

As discussões serão feitas mediante palestras e rodas de conversa. A proposta poderá ser viabilizada via convênios entre prefeitura e instituições de ensino técnico e superior nas áreas de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e fisioterapia. A execução também deverá ocorrer por meio de projetos de extensão e estágios supervisionados obrigatórios. Dessa forma, não haverá necessidade de aporte financeiro direto por parte do município para custeio de pessoal, visto que a atuação será feita por estudantes e seus respectivos docentes supervisores. Os recursos necessários para a estrutura mínima de apoio (como salas, materiais didáticos e cronograma) poderão ser organizados pelas próprias unidades escolares, com apoio da Secretaria Municipal de Educação de Maringá (SEDUC), otimizando o uso da infraestrutura pública já existente.

Intervenção de mesmo gênero, mas diferente em termos de complexidade, é a do Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN, 2014). A partir de diferentes ações, especialmente de conscientização dos agentes das instituições de ensino, visa-se:

“a mudança de mentalidade dos gestores e a indissociabilidade entre produtividade e bem estar, que estaria centrado na ideia da produtividade positiva como um dos modos de ser feliz no contexto do trabalho” (Ferreira, 2011, apud IFRN, 2014, p. 16).

Segundo a proposta da instituição, o estímulo ao modelo de gestão centrado no ser humano deve, entre outros princípios: reconhecer os trabalhadores como protagonistas dos resultados organizacionais; promover o reconhecimento individual e coletivo dos profissionais; incentivar a autonomia e a criatividade na realização das atividades; favorecer o crescimento pessoal e grupal com base na cooperação entre membros; garantir a participação efetiva dos trabalhadores, especialmente nas decisões que impactem seu bem-estar; e adotar uma cultura organizacional voltada à saúde e bem-estar, sustentada por uma reflexão coletiva acerca dos desafios enfrentados (IFRN, 2014).

Resultado semelhante é igualmente esperado com a intervenção proposta, ressaltando-se a importância de esclarecer e conscientizar docentes e coordenadores acerca de seus papéis enquanto sujeitos de direitos — tanto na condição de detentores quanto de legítimos reivindicadores desses direitos.

6 BENEFICIÁRIOS

Os principais beneficiários da proposta de intervenção serão os professores e cuidadores das escolas de educação infantil da rede municipal de ensino de Maringá. Esses profissionais, que atuam diretamente com crianças pequenas, enfrentam diariamente desafios físicos, emocionais e mentais relacionados à sobrecarga de trabalho, postura inadequada, alta demanda emocional e estresse, fatores



que têm sido associados ao adoecimento físico e psicológico dessa categoria (Assunção e Oliveira, 2009; Gasparini e Barreto, 2005). A intervenção buscará melhorar as condições ergonômicas e psicoemocionais desses trabalhadores, contribuindo para a prevenção de doenças ocupacionais, a redução das ausências de professores por afastamento e o aumento da qualidade de vida.

Embora a proposta tenha como foco inicial a rede pública municipal, ela poderá ser expandida futuramente para escolas privadas e para escolas que lecionam da quinta série até o terceiro ano do ensino médio. Isso se deve ao fato de que os riscos ergonômicos e as dificuldades enfrentadas no trabalho docente são comuns em todas as séries e, tanto em instituições públicas quanto privadas, tornando a iniciativa relevante e adaptável a diferentes contextos. A expansão seria importante para fortalecer a cultura de promoção da saúde no setor educacional como um todo, beneficiando ainda mais profissionais da área.

7 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação das ações propostas serão realizados de forma contínua e participativa pelas faculdades e cursos participantes da proposta, com o objetivo de garantir que as intervenções produzam os resultados esperados na promoção da saúde física e mental dos professores da educação infantil. Será realizada a aplicação de questionários semestrais direcionados aos professores, permitindo avaliar a percepção dos profissionais em relação às condições ergonômicas e ao impacto das ações de promoção da saúde mental. Essa estratégia é fundamental para identificar avanços, dificuldades e eventuais ajustes necessários nas intervenções.

Outra estratégia será o registro, por parte dos psicólogos das universidades parceiras, sobre os atendimentos psicológicos realizados nas escolas, respeitando o sigilo profissional, mas contabilizando o número de professores atendidos e os principais temas abordados (de maneira geral). Também será feita a análise de indicadores de saúde ocupacional pelos cursos de saúde e segurança do trabalho e psicologia, como o número de afastamentos médicos relacionados a distúrbios musculoesqueléticos e transtornos mentais, comparando os dados de antes e depois da implementação das ações em parceria com Secretaria da Educação e Prefeitura. Esses indicadores fornecerão dados objetivos para medir o impacto real da proposta.

Por fim, serão realizadas reuniões de avaliação anuais, coordenadas pelos cursos parceiros; com a participação de representantes dos professores e gestores escolares; e a Secretaria Municipal de Educação. Essas reuniões terão como finalidade discutir os resultados obtidos, identificar pontos de melhoria e planejar as próximas etapas, fortalecendo a construção coletiva da política pública.



REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A.. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349–372, abr./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fdCjfWkF8XYXTfyXGcgCbGL/?lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- BARBOSA, R. E. C.; ALCATARA, M. A.; FONSECA, G. C.; ASSUNÇÃO, A. A. Afastamento do trabalho por distúrbios musculoesqueléticos entre os professores da educação básica no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 48, p. 1-13, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/18822pt2023v48edepi5>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2010.
- BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola (PSE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 dez. 2007. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-6.286-de-5-de-dezembro-de-2007-422059>. Acesso em: 1 maio 2025.
- BRASIL. DECRETO Nº 6.286, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 02 de maio, 2025.
- BRASIL. DECRETO Nº 8.752, DE 9 DE MAIO DE 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 02 de maio, 2025.
- BRASIL. Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2025.
- BRASIL. LEI Nº 12.645 DE 16 DE MAIO DE 2012. Institui o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112645.htm. Acesso em: 03 de maio, 2025.
- BRASIL. LEI Nº 14.681, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023. Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114681.htm. Acesso em: 02 de maio, 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 de abril, 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno de Saúde do Professor: políticas e ações intersetoriais**. Brasília: MEC, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2025.



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 1:** Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais. Atualizada em 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 5:** Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA. Brasília, 1994. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 17:** Ergonomia. Brasília, 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012.** Estabelece diretrizes para a Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (PNSST). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 ago. 2012. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.823-de-23-de-agosto-de-2012-423205>. Acesso em: 1 maio 2025.

CALDAS, G. R. F.; MARTINIANO, E. C.; SOUZA, L. E. S.; NUNES, N. A.; ALENCAR, P. R. T.; SILVA, C. R. L.; SANTOS, M. G.; MONTE, E. C.; SANTOS, L. L.; OLIVEIRA, R. C. M.; ARAÚJO, C. S. B.; MOURA, M. E. R. B.; NUNES, L. S.; NUNES, M. Z. S.; ROCHA, S. A.; LIRA, P. F.; LUZ, D. C. R. P. Análise sobre riscos ergonômicos no profissional docente. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12716>. Acesso em: 1 maio 2025.

CANOAS. Projeto oferece apoio psicológico e escuta a professores da rede municipal de ensino de Canoas. 2025. Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/projeto-oferece-apoio-psicologico-e-escuta-a-professores-da-rede-municipal-de-ensino-de-canoas>. Acesso em: 04 de maio, 2025.

DE BIASI, S. V. O professor e qualidade de ensino: uma análise a partir dos resultados do Saeb na escola pública do Paraná. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 3, n. 6, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/20535>. Acesso em: 1 maio. 2025.

FNDE. **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil.** Brasília: MEC/FNDE, 2015. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2025.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IFRN. **Resolução Nº 16/2014-CONSUP.** Aprova a Política e o Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. 2014. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/3470/16_-_Aprova_Politica_e_Programa_de_Promocao_a_Saude_e_Qualidade_de_Vida_no_Tra_XGdaviD.pdf. Acesso em: 04 de maio, 2025.

MARINGÁ. **Lei N. 10.024.** Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e da outras providencias. Maringá, 2015. Disponível em: <https://www3.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/51fa0e2ffeb9.pdf>. Acesso em: 02 de maio, 2025.

MARINGÁ. **Plano Municipal de Educação de Maringá 2015–2025.** Prefeitura do Município de Maringá, 2015. Disponível em: <https://www.maringa.pr.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2025.



PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Curitiba, 2019. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Pagina/DCE-2008-2019>. Acesso em: 22 de abril, 2025.

PARANÁ. **Plano Estadual de Educação 2015–2025**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2015. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2025.

QEDU. **Censo Escolar – Maringá (PR)**. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/4115200-maringa/censo-escolar>. Acesso em: 1 maio 2025.

SÃO PAULO. **Lei Nº 18.026, de 09 de Setembro de 2024**. Autoriza a criação do Programa Cuidar de Quem Educa, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2024/lei-18026-09.09.2024.html>. Acesso em: 02 de maio, 2025.

SILVA, J. C. Saúde Mental, Adoecimento e Trabalho Docente. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. 1-10, 2023. DOI: 10.1590/2175-35392023-242262. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/pnKjTfs7s9VrzJGMhTsMPSG/?lang=pt>. Acesso em: 1 maio 2025.

SOUZA, A. N.; LEITE, M. P. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 385–411, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bTWb5wmPrCTwq49rTRNKfPM/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

